

projectos loteamento e construção, bem como no exercício de funções de direcção, coordenação e chefia, com capacidade de iniciativa e de gestão de motivações.

9.1 — O júri do procedimento descrito tem a seguinte constituição:

Presidente — Prof. Doutor Luís Joaquim Leal Lemos, director municipal para a administração do território.

Vogais:

Dr. Arménio Ferreira Bernardes, director municipal para a administração e finanças.

Doutora Maria Helena Freitas Melão Barros, professora associada com agregação do Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Concurso III — chefe de divisão de Ordenamento e Estratégia

10 — Área de actuação — traduz-se no exercício das competências definidas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, no âmbito das competências previstas para a Divisão de Ordenamento e Estratégia (constantes do artigo 40.º do Regulamento Orgânico desta Câmara Municipal, publicitado através do aviso n.º 9723/2003, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 300, de 30 de Dezembro de 2003), sem prejuízo de outras que lhe venham a ser cometidas no âmbito da regulamentação interna dos serviços e, eventualmente, as competências que lhe forem delegadas, nos termos da lei.

11 — Perfil pretendido — funcionários com licenciatura em Engenharia Civil com comprovada experiência profissional no desempenho de funções ao nível da elaboração/acompanhamento de processo de aplicação/execução do Plano Director Municipal, elaboração de estudos urbanísticos, projectos e planos municipais, candidaturas a fundos estruturais; bem como no exercício de funções de direcção, coordenação e chefia, com capacidade de iniciativa e de gestão de motivações.

11.1 — O júri do procedimento descrito tem a seguinte constituição:

Presidente — Prof. Doutor Luís Joaquim Leal Lemos, director municipal para a administração do território.

Vogais:

Dr. Arménio Ferreira Bernardes, director municipal para a administração e finanças.

Doutor Álvaro Jorge da Maia Seco, professor associado do Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Concurso IV — chefe de divisão de Estudos e Projectos

12 — Área de actuação — traduz-se no exercício das competências definidas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, no âmbito das competências previstas para a Divisão de Estudos e Projectos (constantes do artigo 43.º do Regulamento Orgânico desta Câmara Municipal, publicitado através do aviso n.º 9723/2003, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 300, de 30 de Dezembro de 2003), sem prejuízo de outras que lhe venham a ser cometidas no âmbito da regulamentação interna dos serviços e, eventualmente, as competências que lhe forem delegadas, nos termos da lei.

13 — Perfil pretendido — funcionários com licenciatura em Engenharia Civil com comprovada experiência profissional no desempenho de funções ao nível da elaboração e estudo de planos urbanísticos, projectos loteamento, elaboração de pareceres técnicos, bem como no exercício de funções de direcção, coordenação e chefia, com capacidade de iniciativa e de gestão de motivações.

13.1 — O júri do procedimento descrito tem a seguinte constituição:

Presidente — Prof. Doutor Luís Joaquim Leal Lemos, director municipal para a administração do território.

Vogais:

Dr. Arménio Ferreira Bernardes, director municipal para a administração e finanças.

Doutora Maria Isabel Moita Pinto, professora auxiliar do Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

8 de Novembro de 2006. — O Director Municipal de Administração e Finanças, *Arménio Ferreira Bernardes*. 3000220040

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Aviso n.º 281/2006/DRH

Procedimento com vista ao provimento, em comissão de serviço, do cargo de chefe de divisão de Salubridade e Qualidade do Ambiente, do Departamento de Turismo e Ambiente — despacho de nomeação.

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nos seus artigos 2.º, n.º 4, e 20.º, prevê que o recrutamento para os titulares dos cargos de direcção intermédia é efectuado de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo e que reúnam seis ou quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício seja legalmente exigível uma licenciatura;

Considerando que, terminado o prazo para aceitação de candidaturas do procedimento com vista ao provimento do cargo de chefe de divisão de Salubridade e Qualidade do Ambiente, do Departamento de Turismo e Ambiente, publicado no jornal *Público* de 9 de Novembro de 2005 e no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 232, de 5 de Dezembro de 2005, verificou-se a apresentação a concurso de três candidaturas, tendo a candidata técnica superior de 1.ª classe engenheira do ambiente Maria de Fátima Gonçalves Nogueira ficado classificada em 1.º lugar por reunir as melhores condições para ser nomeada;

Considerando que a candidata reúne os requisitos definidos no artigo 20.º da já referida Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, e detém o perfil adequado para prosseguir as atribuições e objectivos da respectiva unidade orgânica, como se evidencia na nota curricular anexa ao presente despacho:

Assim, determino, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro), e pelo artigo 21.º, n.º 9, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, a nomeação da licenciada Maria de Fátima Gonçalves Nogueira, técnico superior de 1.ª classe — engenheira do ambiente, para o cargo de chefe de divisão de Salubridade e Qualidade do Ambiente, do Departamento de Turismo e Ambiente.

Nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, o provimento é feito por urgente conveniência de serviço, com efeitos desde 13 de Outubro de 2006.

16 de Outubro de 2006. — A Presidente da Câmara, *Maria das Dores Marques Banheiro Meira*.

ANEXO

Nota curricular

Nome — Maria de Fátima Gonçalves Nogueira.

Naturalidade — São Jorge de Arroios, Lisboa.

Habilitações académicas — licenciatura em Engenharia do Ambiente pela Universidade Nova de Lisboa.

Percorso funcional:

De Outubro de 1998 a Agosto de 1999, desempenhou funções de engenheira técnica responsável pela exploração e gestão de sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e recolha selectiva em municípios na RECOLTE — Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S. A.;

No município de Setúbal:

Técnica superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro do ambiente em regime de contrato de trabalho a termo certo (de 16 de Agosto de 1999 a 16 de Agosto de 2001);

Técnico superior de 2.ª classe — estagiário da carreira de engenheiro do ambiente em 1 de Agosto de 2001;

Técnico superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro do ambiente em 26 de Novembro de 2001;

Funções de coordenação da Divisão de Salubridade e Qualidade do Ambiente, do Departamento de Turismo e Ambiente, em 1 de Outubro de 2004;

Exerce funções como chefe de divisão de Salubridade e Qualidade do Ambiente, do Departamento de Turismo e Ambiente, em regime de substituição, desde 3 de Agosto de 2005;

Técnica superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro do ambiente em 15 de Fevereiro de 2006.

Formação profissional — ao longo do seu percurso funcional frequentou inúmeros cursos e acções de formação na área da qualidade ambiental:

1999 — 4.º Encontro Nacional de Ecologia;
2000 — «Áreas protegidas e desenvolvimento sustentável»;
2001:

VIII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental;
«Educação para a sustentabilidade — Bases técnicas de actuação»;
XII Encontro Nacional de Educação Ambiental;
«Mediação ambiental e resolução de conflitos em ambiente e ordenamento»;

2002:

IX Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental;
Workshop «Energias alternativas em transportes rodoviários»;
XIV curso de actualização em ecologia e conservação da natureza;

2003:

«Gestão do ambiente»;
Seminário Nacional Eco-Escolas;

2004:

«Ruído ambiental — Novas técnicas de gestão e controlo»;
«Novas problemáticas na gestão de resíduos»;

2005:

«A limpeza dos espaços públicos: melhoria contínua do desempenho»;
«Gestão de resíduos industriais».

1000307954

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

Aviso n.º 48/06

Nos termos no n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, faz-se público que, por despacho do presidente da Câmara, se encontra aberto e publicitado em www.bep.gov.pt a partir do 3.º dia da publicação do presente aviso e pelo prazo de 10 dias procedimento concursal de selecção para provimento do cargo de director do Departamento Municipal de Informática.

16 de Outubro de 2006. — O Director Municipal de Administração Geral, por subdelegação de competências, *A. Carlos Sousa Pinto*.
3000219800

Aviso n.º 49/06

Nos termos no n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, faz-se público que, por despacho do presidente da Câmara, se encontra aberto e publicitado em www.bep.gov.pt a partir do 3.º dia da publicação do presente aviso e pelo prazo de 10 dias procedimento concursal de selecção para provimento do cargo de chefe da Divisão Municipal de Expropriações.

16 de Outubro de 2006. — O Director Municipal de Administração Geral, por subdelegação de competências, *A. Carlos Sousa Pinto*.
3000219802

II SÉRIE



**DIÁRIO
DA REPÚBLICA**

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Preço deste número (IVA incluído 5%)

€ 4,80



Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://dre.pt>
Correio electrónico: dre@incm.pt • Linha azul: 808 200 110 • Fax: 21 394 5750

Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099-002 Lisboa